

Maria Pronin
Orientador:
Prof. Dr. Siegbert Zanettini

a

GLOBALIZAÇÃO e O
AMBIENTE CONSTRUÍDO NA
METRÓPOLE DE SÃO PAULO

070

pós-

RESUMO

Este trabalho trata do processo da globalização enquanto progresso tecnológico da área da informática e da comunicação e como mudança na ordem econômica mundial, nas últimas décadas. São identificadas as determinantes políticas e econômicas da globalização e seus reflexos no plano social dos países em desenvolvimento. Nas últimas décadas acentuou-se a desigualdade entre classes sociais nesses países e nas grandes metrópoles. São identificadas, também, transformações na vida da metrópole de São Paulo, que se refletem nas formas de uso e ocupação do solo urbano. Há uma crescente polarização social e espacial do ambiente urbano construído. Constata-se a existência de um espaço privado interiorizado, isolado do espaço público, protegido por obstáculos que dificultam o acesso e promovem a segregação social. O que ocorre é um impacto negativo de processos do espaço privado sobre o espaço público.

PALAVRAS-CHAVE

Globalização, economia, arquitetura, espaço público, espaço privado.

LA GLOBALIZACIÓN Y EL
AMBIENTE CONSTRUÍDO EN LA
METRÓPOLIS DE SÃO PAULO

RESUMEN

El presente trabajo trata del proceso de la globalización como progreso tecnológico del área de la informática y la comunicación, y como cambio en el orden económico mundial, en las últimas décadas. Se identifican los determinantes políticos y económicos de la globalización y sus reflejos en el plan social de los países en desarrollo. En las últimas décadas la desigualdad entre clases sociales en estos países y en las metrópolis se ha acentuado. Se identifican, también, algunas transformaciones en la vida de la metrópolis de São Paulo que se reflejan en las formas del uso y ocupación del suelo urbano. Hay una creciente polarización social y espacial del ambiente urbano construído. Se verifica la existencia de un espacio privado interiorizado aislado del espacio público, protegido por obstáculos que dificultan el acceso y suscitan la segregación social. Lo que ocurre es un impacto negativo de los procesos del espacio privado sobre el espacio público.

PALABRAS CLAVE

Globalización, economía, arquitectura, espacio público, espacio privado.

GLOBALIZATION AND THE
BUILT ENVIRONMENT IN
METROPOLITAN SÃO PAULO

ABSTRACT

This study investigates the process of globalization over the past decades as a process of technological progress in computer science and communication and as transformation in the world economic order. It identifies the political and economic causes of globalization and their impact on the social sphere of developing nations. In past decades social inequality has widened in these countries and their large cities. This article also identifies lifestyle changes in the city of São Paulo and their consequences in urban land occupation and use. We see a growing social and spatial polarization within the urban building environment. There is an inner private space, isolated from the public space by barriers that render public access difficult, thereby promoting social segregation. In metropolitan São Paulo private space is gaining ground on public space, with negative impacts.

KEY WORDS

Globalization, economics, architecture, public space, private space.

O progresso tecnológico na área da informática e da comunicação, com mudanças na ordem econômica mundial nas últimas décadas, determinou um processo que é conhecido como fenômeno da globalização. As principais características desse processo são a integração e a internacionalização das economias mundiais. No entanto, a globalização em si não é um processo novo na história da civilização mundial. Ele já vem acontecendo há séculos, por meio de relações comerciais, viagens e influências culturais. As trocas de conhecimento têm ocorrido de formas diferentes em determinadas fases da história.

Os recentes avanços na área tecnológica e a conseqüente aceleração das comunicações das últimas décadas acabaram exercendo influência nas relações mundiais, abrindo fronteiras e beneficiando algumas áreas, porém trazendo prejuízos para outras. A globalização favoreceu o progresso em diversas áreas, como, por exemplo, na produção de alimentos, vestuário, descoberta de medicamentos e no combate às doenças. Mas, associada a mudanças na ordem econômica, a globalização tem aumentado a distância entre ricos e pobres em escala mundial.

Apesar dos avanços tecnológicos, a principal beneficiada é a população do Primeiro Mundo e uma pequena minoria da população dos países em desenvolvimento. As condições de vida da maioria da população pobre do Terceiro Mundo, que representa também a grande porcentagem da população mundial, está se deteriorando e vendo crescer os índices de miséria. Com a nova ordem econômica, as grandes corporações dos países desenvolvidos, com domínio da tecnologia de vanguarda, ganharam mais poder e controle sobre o resto do mundo, uma vez que as economias de todos os países passaram a ser atreladas umas às outras.

No início dos anos 70, com a mudança dos padrões de regulamentação da economia, a crise do petróleo e o progresso da tecnologia da informática, tem lugar uma nova ordem conhecida como neoliberalismo econômico. A liberação dos capitais mundiais do controle cambial vem provocando um processo especulativo, a *financeirização* da economia. O fato político que marcou essa mudança foi o tratado firmado, na época, pelos governos de Reagan e Thatcher, o qual liberou a cotação cambial, como reação à queda do dólar, conseqüência da crise do petróleo.

Desde então, os países do Terceiro Mundo participam das regras criadas, que privilegiam as grandes corporações, com marcante desvantagem para os primeiros. Em conseqüência, as economias dos países em desenvolvimento são afetadas, assim como as relações de trabalho e a divisão social. A administração

desses processos, os quais têm por modelo as empresas privadas, reflete-se nas formas de uso do solo urbano, nas atividades, nas políticas adotadas, nas formas de trabalho e de produção do capital.

Com a globalização, as relações humanas tiveram de ser reformuladas. Com as novas tecnologias e processos que refletem na produção industrial, a situação passou a ser menos favorável ao trabalhador, principalmente àquele com menor qualificação. As novas condições favorecem apenas a mão-de-obra altamente especializada e os processos automatizados, exigindo níveis mais altos de produtividade, com menores custos de produção. As novas condições implicam descentralização e maior poder de controle sobre as estruturas produtivas que passam a ser, agora, distribuídas em diferentes localidades do planeta.

O liberalismo econômico tem origens no século 18, na economia de produção nacional e no comércio internacional, segundo critérios estabelecidos por Adam Smith, considerado o pai da economia política. De acordo com suas idéias, o sistema econômico é regulado pelo próprio mercado. Mais tarde, no começo do século 20, J. M. Keynes se contrapôs às idéias de Adam Smith com novas idéias: o Estado tinha de intervir constantemente para manter o equilíbrio econômico, principalmente em momentos de crise, quando o mercado não a pudesse superar por si mesmo.

Para garantir a competitividade no mercado mundial, as empresas, hoje, têm procurado diminuir riscos e reduzir custos. As mudanças na organização do trabalho redefinem o quadro de funcionários, substituindo departamentos por redes de fornecedores autônomos. Nesse novo modelo de produção o que ocorre é a terceirização da produção, na qual serviços são contratados fora, com exigências de altos padrões de qualidade. Uma extensa rede de fornecedores, parcerias e franquias é formada por microempresas em substituição a uma outra maior. Enfim, ocorre uma pulverização do processo produtivo, com implicações na organização espacial e na redução das dimensões das áreas de trabalho.

Para melhor esclarecimento, é preciso lembrar também o que são os conceitos de fordismo e de taylorismo, do qual o primeiro se originou. Taylorismo é um sistema organizacional do trabalho, criado por F. W. Taylor no final do século 19, que se assenta nos princípios científicos de organização do trabalho e na divisão de tarefas entre funcionários, tendo em vista a eficiência. O fordismo, originado a partir da lógica do taylorismo, foi criado por Henry Ford e constitui uma forma organizacional que cria *“o princípio da cadeia contínua, que implica submissão à cadência do conjunto máquina”* (BENKO, Georges. *Economia espaço e globalização na aurora do século XXI*, 2002, p. 203). Ford tinha em vista uma produção em massa e salários altos, com o objetivo do consumo em massa. Para ele é importante a *“manutenção de forte aumento de produtividade, condição necessária para aumento da demanda sem baixa das taxas de lucro”* (BENKO, 2002, p. 236). Nos países industrializados, o fordismo foi bem-sucedido desde 1945, na época em que se formaram parcerias e havia a regulamentação do Estado, com uma grande demanda. A partir dos anos 70, o modelo fordista entrou em crise e hoje vem sendo substituído por outro, mais flexível. O novo modelo de *flexibilização* passou a vigorar, a partir dos anos 80, com a transformação do capitalismo em modelo de acumulação flexível. A organização produtiva passou a adotar formas flexíveis, com a intenção de adaptação e controle do processo

produtivo. Em consequência, os contratos de trabalho perdem sua força jurídica, assim como as decisões de licenciamentos, e as empresas passam a desvincular-se das regulamentações públicas (BENKO, 2002).

Tal flexibilização, visando à mobilização e otimização dos processos com intenção de maiores lucros para as empresas, também significa a supressão de garantias para o trabalhador e alto índice de desemprego. A nova dinâmica da *financeirização*, segundo Otavio Ianni (*Teorias da globalização*, 2002, p. 69), presente na economia de maneira internacionalizada, é a que constitui um processo de acumulação do capital de forma mundializada, acelerando os processos econômicos e produtivos. A informatização contribui com a mobilidade do capital de diferentes nações, por intermédio de redes mundiais movidas pelos bancos.

Outro aspecto importante decorrente das mudanças ocorridas é a redução de vínculos do trabalhador com a empresa, nesse novo processo. A nova divisão de trabalho e da produção se dá, segundo o modelo de flexibilização e de terceirização, com base nas novas técnicas eletrônicas e com eliminação das fronteiras geográficas.

“A rigor, a intensa e generalizada internacionalização do capital ocorre no âmbito da intensa e generalizada internacionalização do processo produtivo (...) é óbvio que essa internacionalização do capital produtivo envolve não só a idéia da fábrica global e shopping center global, mas também a da internacionalização da questão social.” (IANNI, Octávio. *Teorias da globalização*, 2002, p. 62-63).

Como, então, essas mudanças, na economia, afetariam a vida na metrópole e seu ambiente construído, em especial o espaço público?

Nas últimas décadas, acentuou-se a desigualdade entre as classes sociais da população do Terceiro Mundo e nas grandes metrópoles. No Brasil, especialmente em São Paulo, a desigualdade social se tornou mais evidente, com a diminuição da distância física em termos de ocupação do solo urbano. Os segmentos mais pobres estão agora se tornando cada vez mais pobres e em piores condições de vida. Passaram a viver mais próximo dos ricos, minoria que está ficando cada vez mais rica. A partir dos anos 80, com a flexibilização da economia, acentuam-se as diferenças entre classes sociais com achatamento dos setores médios. As oportunidades para a maioria dos cidadãos diminuem, enquanto poucos conseguem melhores salários, tornando a cidade polarizada. Em consequência desse processo, há um aumento do desemprego e da violência.

O reflexo dessa nova situação na forma de ocupação do espaço físico da metrópole é de polarização e fragmentação do espaço urbano, onde está se evidenciando uma arquitetura com características defensivas e de interiorização de seus espaços. As recentes mudanças ocorridas com a globalização, nas últimas décadas – novos modos de vida, trabalho, consumo e lazer – estão determinando esse novo padrão de arquitetura na metrópole de São Paulo.

Com a globalização da economia brasileira, ocorrem transformações significativas nas estruturas sociais, e outras nas urbanísticas e econômicas do município de São Paulo. A cidade de São Paulo tornou-se uma cidade mundial em termos de produtos e serviços, mas é também subdesenvolvida, uma vez que seu território exclui grande parte da população. Há um significativo aumento da população na periferia, a qual não é beneficiada pela infra-estrutura adequada,

enquanto outras regiões estão configurando uma nova centralidade, com modelo de Primeiro Mundo.

Na metrópole de São Paulo, ocorreram também transformações na estrutura da ocupação e uso do solo urbano, com a diminuição da oferta de emprego na indústria e no setor da construção civil. A força de trabalho foi parcialmente absorvida por setores de serviços e pelo comércio. O trabalho assalariado, tanto no setor público como no privado, teve uma queda, passando a crescer o trabalho autônomo. Houve também a transferência de assalariados de grandes empresas que, tradicionalmente, ofereciam mais garantias para outras, de pequeno e médio portes e com menor estabilidade no emprego.

Os impactos negativos da globalização sobre a economia das cidades foram classificados pela Secretaria Municipal do Planejamento (Sempla) como:

“– *Elevado grau de polarização entre os diversos setores da economia urbana;*

– *Distorção de diversos mercados urbanos: imobiliário, de habitação, mão-de-obra, entre outros;*

– *Significativa perda da função polarizadora das atividades industriais;*

– *Fuga de indústrias portadoras de processos produtivos baseados na exploração de mão-de-obra intensiva;*

– *Concentração de atividades terciárias, em particular aquelas especializadas em serviços demandados pelas corporações multinacionais;*

– *Abandono dos investimentos no mercado imobiliário destinados à população de baixa e média renda.”* (SEMPLA, 2000, p. 18)

O mesmo órgão constatou que São Paulo está se transformando em centro de trabalho, comércio, serviços e lazer.

Outro fato que se observa na metrópole, nas últimas décadas, é a crescente privatização do espaço público, tendência de âmbito mundial, a contribuir para a valorização dos espaços privados. No meio urbano construído, o crescente isolamento dos espaços interiorizados privados e semipúblicos acarreta um prejuízo ao restante do espaço urbano – público e acessível a todos. A separação por muros e outros recursos de proteção reforça essa divisão e promove maior segregação social. O abandono e a deterioração do espaço público exterior, aberto e democrático, comprometem a qualidade do meio urbano como um todo e, como consequência, a qualidade de vida do cidadão.

Na *pólis* grega, berço da democracia, as decisões populares eram tomadas no espaço público, mais concretamente na praça pública, ou *ágora*. Hoje, o espaço público está em declínio nas metrópoles do mundo e é o que acontece em São Paulo. Aqui as elites se isolam em condomínios murados e protegidos, enquanto o espaço público destinado à livre circulação e ao lazer dos cidadãos torna-se fragmentado e sem vitalidade. Apesar de o país encontrar-se em uma época de abertura política e o sistema de governo ser democrático, ainda o espaço urbano público aberto e democrático deve ser conquistado, pois, como afirma Milton Santos (1998), o espaço urbano é mais dos consumidores do que dos cidadãos.

A metrópole, apesar de ter uma população decrescente, continua crescendo verticalmente, com perda de áreas verdes, com problemas referentes a transporte urbano, poluição ambiental, segurança, descaracterização de seus espaços

públicos, áreas ocupadas por favelas e, como já foi dito, com violência urbana. Na cidade em transformação estão sendo construídos novos centros empresariais e de serviços, principalmente do setor bancário e financeiro, assim como centros de compras. Estes, também centros de lazer, estão se constituindo de espaços semipúblicos ou semiprivados fechados, isolados do espaço público aberto.

Esse modelo de espaço construído, que cria barreiras abruptas entre o domínio público e o privado, dificultando a acessibilidade e promovendo a segregação social, acarreta um prejuízo para a saúde e o bem-estar do ponto de vista físico e psicológico do cidadão. Os problemas de ordem ambiental, no sentido físico, afetam a qualidade do ar, da água, do solo, recursos naturais, entre os quais o consumo de energia e outros. Os danos causados ao meio, no caso do entorno próximo aos edifícios ou conjuntos em questão, envolvem a má circulação de veículos e de pedestres, áreas verdes, edificações vizinhas e outros. Os problemas das enchentes são agravados com a impermeabilização do solo urbano, em parte pela canalização dos córregos e construção de avenidas, em parte pela ocupação irregular das várzeas.

Os condomínios residenciais verticais e horizontais de classe média e alta, que se tornaram vizinhos mais próximos das favelas, são espaços centralizados e protegidos por muralhas fortificadas. A população das camadas menos favorecidas ainda ocupa áreas da periferia, distante dos locais de trabalho, com infraestrutura precária e transporte público deficiente. Os problemas que essas camadas da população ainda têm de enfrentar relacionam-se com saúde, educação, segurança e opções de lazer. As edificações das classes de baixa renda também estão se interiorizando, buscando proteção com grades e muros, cacos de vidro e outros recursos. A cidade como um todo está tentando se proteger contra a violência urbana, refugiando-se atrás de muros e cercas eletrificadas. A poluição ambiental, a falta de áreas verdes e opções para o esporte e o lazer democrático tornam o ambiente urbano insalubre e o espaço público deserto e sem atrativos.

Teresa P. do R. Caldeira (2000), em um estudo sobre a violência urbana e suas origens, faz uma comparação entre São Paulo e Los Angeles e chama a atenção para o fato de ser característica dos processos globais o pólo mais dinâmico e o mais precário da economia expandirem-se, provocando desigualdade social.

Observa-se que, com a globalização, as diferenças de classes, que já existiam antes, em função de problemas históricos do passado colonial, acentuaram-se nos últimos anos. A cidade é dividida em mundos totalmente distantes os quais, mais do que nunca, encontram-se extremamente próximos fisicamente. O Primeiro Mundo mora nos condomínios fechados, trabalha nos centros de serviços fechados, refrigerados e seguros, e frequenta clubes fechados. O Terceiro Mundo disputa o aluguel em barracos próximos às avenidas Berrini e Águas Espraiadas, ou em áreas ilícitas. Muitos dessa classe tomam ônibus lotados para as distantes periferias, onde também os moradores protegem suas modestas casas com grades e cacos de vidro. O Terceiro Mundo ocupa as praças e ruas, onde vende suas mercadorias ilícitas para o Segundo e Terceiro Mundos. Aguarda o transporte coletivo ou as peruas ilícitas. A classe média anseia pelo *status* da alta, mas acaba espremida em pequenos apartamentos, os quais estão ficando cada vez menores, mas com todo o programa que lhes cria a ilusão de pertencer

às classes de Primeiro Mundo. Mas, dentro do *shopping center* e do supermercado, todos se encontram: parece que lá todos acabam na máquina de consumo e de ilusão. As promessas são tantas, que ninguém escapa ileso sem preencher as fichas de crediário ou de empréstimos. As filas dos caixas automáticos estão sempre longas.

Os centros de compras com espaço interiorizado passaram a expandir-se no Brasil, a partir dos anos 80, em ritmo acelerado. O tipo de espaço em seu interior reproduz uma atmosfera idealizada da cidade, a qual acaba sendo um simulacro dentro da verdadeira cidade. É difícil a relação desses espaços com seu entorno urbano. Por um lado, a proposta desses centros é contrapor-se às deficiências de infra-estrutura das grandes cidades. Em seu interior a climatização ambiental é mantida em níveis ideais, graças a um dispendioso sistema de condicionamento artificial. Em seu interior perde-se a noção do tempo e do espaço. Ultimamente, esses centros, antes destinados a um público de elite, têm como usuários representantes de diferentes níveis sociais. Apesar de serem centros de consumo por definição, são também centros de lazer.

No início da década de 1970, foram criados espaços para comércio e escritórios na avenida Faria Lima, depois que o centro velho se deslocou para a avenida Paulista e para a avenida Faria Lima. Erigiram-se *shopping centers*, hipermercados e novos centros habitacionais na direção sudoeste e ao longo do rio Pinheiros. Os novos conjuntos de edifícios para escritórios surgiram em função de investimentos de incorporadores imobiliários que se deslocaram do mercado residencial, e são também condomínios fechados e fortificados, utilizando-se de recursos de segurança para controle até dos próprios trabalhadores. O primeiro centro com essas características foi o Centro Empresarial São Paulo, em Santo Amaro, e depois surgiu o centro linear na avenida Luís Carlos Berrini.

Os condomínios residenciais fechados, moradia da nova elite, são acessíveis somente para automóvel, exclusivamente a seus moradores, e com controle de visitantes. As barreiras físicas que separam esses centros e condomínios fechados se constituem, em sua maioria, de muralhas, equipamentos de segurança e outros obstáculos, cuja função é evitar ao máximo o contato com o exterior (Figuras 1 e 2). Eles impedem o acesso de pessoas de fora, ou que não façam parte do



Figuras 1 e 2: Condomínio residencial no Brooklin
Créditos: Fotos da autora, 2004

segmento da população cuja permanência, ou passagem, é desejada dentro de seus limites. Ali é cultivado um relacionamento o qual nega o resto da cidade e a liberdade de circulação do espaço público aberto. Mas são espaços a conferirem um *status*. As classes altas estão mudando sua preferência de residências isoladas para condomínios. As soluções arquitetônicas adotadas nos projetos para esses centros reforçam a condição de espaço fortificado e promovem uma arquitetura de consumo, *status* social, ilusão e alienação. O medo da violência também existe na periferia, onde são vistas grades e altos muros com cacos de vidro. A população como um todo tenta se proteger, enquanto o espaço público é abandonado.

O espaço público perde sua vitalidade, que implica diversidade de gente e de atividades abertas, tais como comércio de rua, lazer, serviços mesclados com residências e outros. Com a setorização e a separação das funções nesses centros privados e semipúblicos fechados, o espaço público aberto deixa de ser um espaço seguro e convidativo, passando para uma condição de abandono e desertificação de ruas, calçadas e praças (Figuras 3, 4 e 5).

Figura 3: Brooklin –
Condomínio residencial
Crédito: Foto da autora,
2004

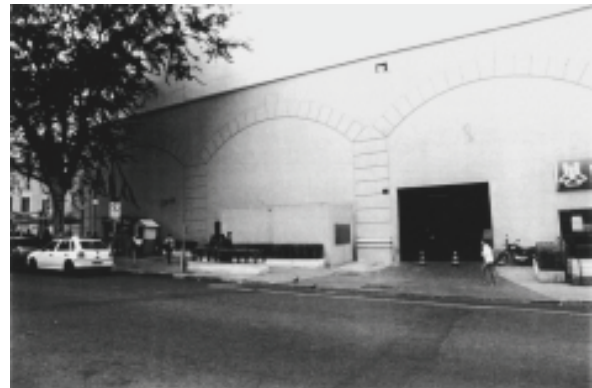


Figura 4: Shopping Estação Santa Cruz
Crédito: Foto da autora, 2004

Figura 5: Hipermercado
Extra Aeroporto
Crédito: Foto da autora,
2004



A origem da separação social na distribuição do espaço urbano e nos acessos às edificações particulares, assim como na distribuição de seu espaço interior, está nas raízes coloniais de uma sociedade escravagista. Resquícios dessa tradição são mantidos até hoje nas soluções de circulação e acessos, principalmente em residências e edifícios de apartamentos, inclusive destinados à classe média.

A ocupação de diferentes regiões por diferentes classes sociais no território urbano tem sofrido transformações com a história da cidade, em função de contingências diversas. Atualmente, há mais proximidade entre classes sociais em termos de espaço físico, mas as barreiras de separação aumentam a segregação.

Enquanto os condomínios e centros de compras são separados por muralhas que conferem isolamento e segurança aos moradores e usuários, os centros empresariais usam formas mais sutis. Os projetos desses edifícios são executados por escritórios de alto padrão e com projetos da vanguarda mundial da arquitetura. São aí adotadas soluções as quais fazem uso da alta tecnologia e promovem exibição de materiais caros, o que os torna símbolos de eficiência e poder das empresas e instituições que abrigam. Quando isolados em bairros com diversificação de tipologias urbanas, tornam-se marcos de destaque no entorno. Quando enfileirados em regiões específicas, competem uns com os outros, exibindo suas grifes. As formas de defesa que empregam são equipamentos eletrônicos, vigias, jardins inacessíveis ao público de fora, apesar de abertos para a rua, esculturas sofisticadas. Quando recuados do alinhamento, muitas vezes adotam soluções ambíguas que dão a impressão de abertos, porém seu acesso é tão vigiado quanto as entradas para o interior dos prédios. São espaços semiprivados com falsa aparência de públicos (Figura 6).



Figura 6: Centro
Empresarial na avenida
Luís Carlos Berrini
Crédito: Foto da autora,
2004

A partir de 1994 e com o Plano Real, aumentou a demanda por escritórios em São Paulo e os clientes empresários passaram a associar-se com empresas americanas e européias e buscar *know-how* no exterior. O pólo terciário passou a expandir-se em função da internacionalização do mercado. Esse crescimento também tem relação com a estabilização do Plano Real e com a internacionalização que começou com o Plano Collor, e, em função da quebra de muitas empresas, as atuantes passaram a preocupar-se com a competição, maior eficiência na prestação de serviços e com edificações de qualidade e custos competitivos. Em 1994, a demanda por escritórios duplicou. O Plano Real também trouxe investimentos de empresas multinacionais, em função da estabilidade política, econômica e abertura de mercado (FRÚGOLI, 2000, p. 195).

Ao final dos anos 90 e início do novo milênio, o panorama da cidade de São Paulo é de contrastes, poluição e violência. As favelas, que continuaram crescendo, e os bairros mais pobres da periferia não tiveram melhorias. O centro histórico da cidade está passando por um processo de revitalização, com a criação de atrativos para implantação de comércio, serviços, hotelaria, centros culturais, com a preservação das fachadas de suas edificações antigas. Pretende-se recuperar sua identidade visual e seu valor simbólico, da mesma maneira que vem acontecendo na maioria das metrópoles com a globalização.

A Associação Viva o Centro – Sociedade Pró-Revalorização do Centro de São Paulo foi criada em 1991, com a preocupação de relacionar interesses de proprietários de imóveis nas áreas centrais com problemas de degradação. Além de atender a setores de comércio e serviços, instituições privadas e públicas, o interesse da associação é ter uma representação junto do poder público e realizar projetos de revalorização do centro, buscando conferir-lhe uma nova imagem.

A recuperação com preservação das características históricas das fachadas do centro da cidade tem como intenção a promoção de seu caráter simbólico, como ocorre em outros centros importantes no mundo. A recuperação dos edifícios centrais, com mudança de uso e preservação das fachadas, como a implantação de instituições públicas, hotéis, centros culturais, bancos, restaurantes e revitalizando o comércio local, cria condições de infra-estrutura motivante para as instituições e empresas privadas e representações internacionais. A localização central, com facilidade de acesso ao metrô, reforça a importância dessa região. É possível tornar as regiões centrais da cidade também local de moradia de boas condições de habitabilidade, em função da facilidade de acesso ao transporte público e verticalização da região. A possibilidade de uso misto do espaço privado pode vir a ser fator importante para essas regiões, assim como para outras da cidade, para lhes conferir nova vitalidade.

O problema de ocupação desordenada e intensa do espaço público central pelos camelôs é reflexo das condições econômicas que promovem o comércio informal como única possibilidade de sobrevivência de parte da população desempregada. Tal condição, além de outros problemas, causa transtorno, aparentemente insolúvel, para a circulação de pedestres e o comércio estabelecido na região.

Diante de tudo que foi considerado, é possível afirmar que a qualidade ambiental do espaço urbano construído da metrópole de São Paulo está sendo afetada negativamente pela crescente interiorização e ação defensiva do espaço privado e pelo abandono do espaço público. Essa qualidade ambiental se refere ao conceito de qualidade do ambiente natural e construído, de acordo com critérios materiais de caráter bioquímico e psicossocial. Os primeiros levam em conta “*aspectos bioquímicos e materiais do meio físico*” (RAPOPORT, 1978). Esses critérios podem ser quantificados de forma objetiva, relacionados a outros de caráter geográfico mais amplo e situados em um contexto social, considerado hoje como abordagem ecossistêmica. Os outros se referem ao conceito de qualidade do ambiente, cuja interpretação abrange aspectos psicológicos e socioculturais, envolvendo questões de percepção, imagens e comportamento.

Como tentativa de melhorar as condições ambientais na metrópole, nos aspectos que foram comentados acima, é preciso que sejam elaboradas normas e restrições a serem levadas em conta nos projetos arquitetônicos e no planejamento de espaços privados. A finalidade de tais restrições serem observadas no planejamento e na produção do espaço privado é a minimização da interferência negativa no espaço público, evitando prejuízos para sua qualidade ambiental no sentido holístico. Faz-se necessário o estabelecimento de limites legais, objetivando a revitalização desses espaços e melhorias qualitativas do ambiente como um todo, para o usufruto dos cidadãos.

BIBLIOGRAFIA

- BENKO, Georges. *Economia, espaço e globalização: Na aurora do século XXI*. São Paulo: Hucitec/Annablume, 2002.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: Crime, segregação e cidadania*. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2003.
- FRÚGOLI JR., Heitor. *Centralidade em São Paulo*. São Paulo: Cortez, 2000.
- IANNI, Octávio. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- . *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- RAPOPORT, Amos. *Aspectos humanos de la forma urbana*. Barcelona: Gustavo Gilli, 1978.
- SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1998.
- SÃO PAULO (cidade). *Evolução do uso do solo nos anos 90*. São Paulo: Sempla, 2000.
- . *Globalização e desenvolvimento urbano*. São Paulo: Sempla, 2000.
- . *Revisão e atualização da legislação urbanística*. São Paulo: Sempla, 2000.

Maria Pronin

Mestre e doutora pela FAUUSP, professora na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie – FAUUPM (desde 1979) e profissional autônoma.

e-mail: <mailto:maria.pronin@globo.com>